

PODER LEGISLATIVO

(art. 54)



Congresso
Nacional

Câmara dos
Deputados



Congresso
Nacional

Câmara dos
Deputados

Senado
Federal



Câmara dos Deputados

- **Estados ou DF:** 08 a 70 Deputados, eleitos pelo sistema proporcional.
- **Territórios:** 04 Deputados.
- **Definição do número de Deputados por Estado:**



Artigo 27

O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.



Espaço para rascunho



Câmara dos Deputados

- **Estados ou DF:** 08 a 70 Deputados, eleitos pelo sistema proporcional;
- **Territórios:** 04 Deputados;
- **Definição do número de Deputados por Estado;**
- **Mandatos:** 04 anos;



Senado Federal

- **Estados ou DF**: 03 Senadores **+ 02 suplentes**;
- **Eleitos pelo sistema majoritário**;
- **Mandatos**: 08 anos.



Comissões



Permanentes ou Temporárias



Mistas



CPI



CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

- Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais;
- Apuração de fato determinado;
- Prazo certo (?);
- Abrangência dos poderes da CPI (?).



Espaço para rascunho



Limitações formais à atuação de CPI

- A Comissão Parlamentar de Inquérito deve observar a reserva da jurisdição. A CRFB, ao conceder às CPIs poderes típicos das autoridades judiciárias, englobou atividades restritas à fase pré-processual. Logo, atos como processar e julgar são reservados à autoridade judiciária.





(2015 – XVII Exame de Ordem Unificado) Ocorreu um grande escândalo de desvio de verbas públicas na administração pública federal, o que ensejou a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), requerida pelos deputados federais de oposição. Surpreendentemente, os oponentes da CPI conseguem que o inexperiente deputado M seja alçado à condição de Presidente da Comissão. Por não possuir formação jurídica e desconhecer o trâmite das atividades parlamentares, o referido Presidente, sem consultar os assessores jurídicos da Casa, toma uma série de iniciativas, expedindo ofícios e requisitando informações a diversos órgãos. Posteriormente, veio à tona que apenas uma de suas providências prescindiria de efetivo mandado judicial. Assinale a opção que indica a única providência que o deputado M poderia ter tomado, prescindindo de ordem judicial.

(A) Determinação de prisão preventiva de pessoas por condutas que, embora sem flagrância, configuram crime e há comprovado risco de que voltem a ser praticadas.

(B) Autorização, ao setor de inteligência da Polícia Judiciária, para que realize a interceptação das comunicações telefônicas (“escuta”) de prováveis envolvidos.

(C) Quebra de sigilo fiscal dos servidores públicos que, sem aparente motivo, apresentaram público e notório aumento do seu padrão de consumo.

(D) Busca e apreensão de documentos nas residências de sete pessoas supostamente envolvidas no esquema de desvio de verba.



IMUNIDADE PARLAMENTAR

(art. 53)



Imunidade Formal

- Desde a expedição do diploma;
- Prisão e processos.

Imunidade Material

- Opiniões, palavras e votos;
- Exclusão da responsabilidade.



Artigo 53

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, **os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva**, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.



Instauração de processos contra parlamentar

- Não há impedimento de instauração do processo contra Parlamentar. O que deverá ocorrer é a possibilidade de sustação da ação penal APÓS o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.



Artigo 53

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela **Casa respectiva** no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.



(2013 – XII Exame de Ordem Unificado) O Deputado Federal “Y” foi objeto de extensa investigação, e diversas reportagens jornalísticas indicaram sua participação em fraudes contra a previdência social. Além disso, inquéritos da polícia chegaram a fortes indícios de diversas práticas criminosas por uma quadrilha por ele liderada. O Ministério Público ofereceu denúncia contra sete acusados, incluindo o parlamentar.

Com relação ao caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os deputados federais não podem ser presos em hipótese alguma, pois são invioláveis, na forma prevista na Constituição da República.
- (B) O processo criminal contra o deputado federal deverá tramitar perante o Superior Tribunal de Justiça e tem procedimento especial previsto em lei.
- (C) O tribunal competente, recebida denúncia contra o deputado federal por crime ocorrido após a diplomação, dará ciência à Câmara dos Deputados, que poderá sustar o andamento da ação por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, até a decisão final.
- (D) Os membros do Congresso Nacional, desde a expedição do diploma, não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa; não sendo concedida a licença, ficará suspensa a prescrição, até o fim do mandato.



PODER JUDICIÁRIO

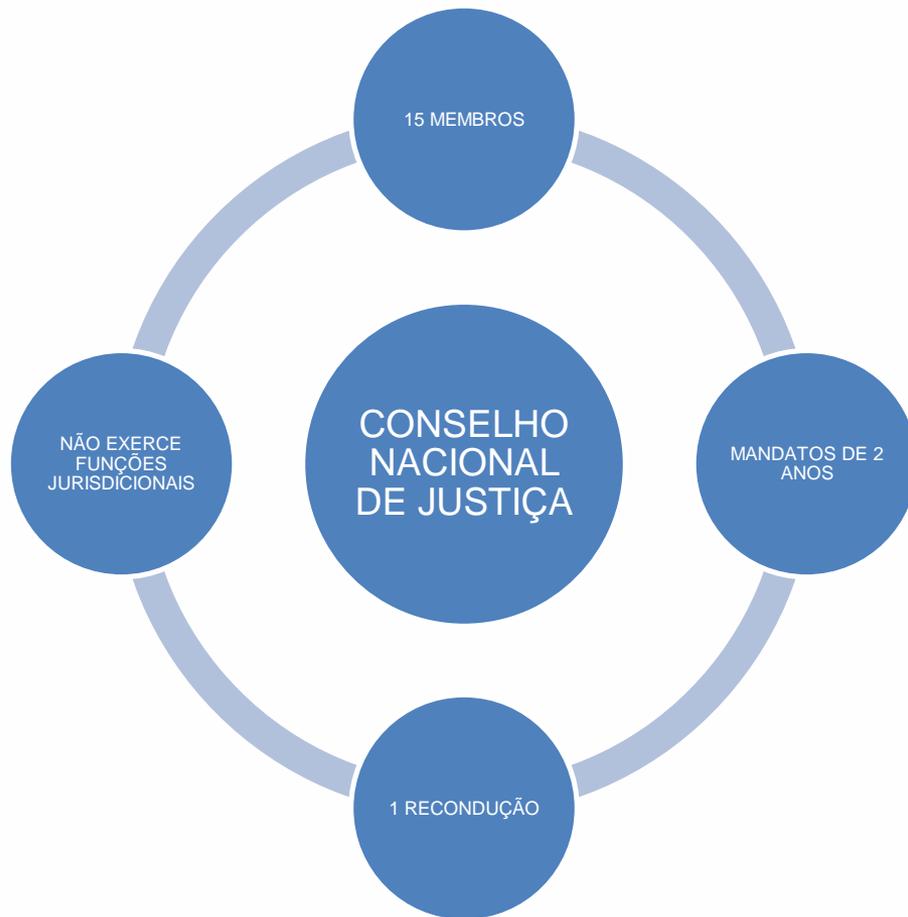
(art. 103-B)













(2016 – XX Exame de Ordem Unificado) Ao ouvir, em matéria telejornalística, referência ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), João, estudante do primeiro ano de curso jurídico, interessado em melhor compreender a estrutura e as atribuições dos órgãos estatais, procura o seu professor de Direito Constitucional para obter maiores informações sobre o tema. Narra o conteúdo da matéria, informando-lhe não ter conseguido entender adequadamente o papel desempenhado pelo referido Conselho na estrutura do Estado. O referido professor, então, plenamente alicerçado na ordem constitucional, esclarece que o Conselho Nacional de Justiça

(A) é um órgão atípico, que não se encontra na estrutura de nenhum dos Poderes da República, mas que, sem prejuízo das suas atribuições administrativas, excepcionalmente possui atribuições jurisdicionais.

(B) é um órgão pertencente à estrutura do Poder Judiciário e, como tal, possui todas as atribuições jurisdicionais recursais, sem prejuízo das atribuições administrativas de sua competência.

(C) embora seja um órgão pertencente à estrutura do Poder Judiciário, possui atribuições exclusivamente administrativas, não sendo, portanto, órgão com competência jurisdicional.

(D) é um órgão auxiliar da Presidência da República, com atribuições de controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar de toda a magistratura, incluído neste rol o Supremo Tribunal Federal.



Superior Tribunal de Justiça

- Julgar, **em Recurso Ordinário**, causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;
- Recurso ordinário em mandado de segurança;
- Julgamento, em recurso especial, de causas em que a decisão julgou válido **ATO** de governo local contestado em face de lei federal.

Supremo Tribunal Federal

- Processar e julgar **originariamente** o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- Julgar, **em Recurso Ordinário**, o crime político;
- Julgar, mediante recurso extraordinário, a decisão que julgar válida **LEI** local contestada em face de lei federal;



Espaço para rascunho



Como determinado minério vem obtendo alto preço no mercado mundial devido às grandes quantidades compradas pela China, o Estado-membro Alfa recorre ao governo chinês para obter um empréstimo, com vistas à construção da infraestrutura necessária à sua extração. Sabedor do fato, o prefeito do Município Beta, onde se localiza o principal porto do Estado Alfa, também solicita um empréstimo à China, para viabilizar o melhor escoamento do minério.

Concedidos os empréstimos, com estrita observância da sistemática constitucional e gastos os recursos, a crise no setor público acaba por inviabilizar o pagamento da dívida contraída pelos entes federativos. Insatisfeita, a China ajuíza ação, no Brasil, contra o Estado Alfa e o Município Beta.

Assinale a opção que indica a competência para processar e julgar as matérias.

(A) Supremo Tribunal Federal nos dois processos, posto que a presença da China no polo ativo da relação processual obriga que a Corte Suprema seja responsável pela solução dos dois litígios.

(B) Supremo Tribunal Federal na relação jurídica entre a China e o Estado Alfa, e Superior Tribunal de Justiça na relação entre a China e o Município Beta, por expressa determinação constitucional.

(C) Supremo Tribunal Federal na relação jurídica entre a China e o Estado Alfa, e juiz federal, na relação entre a China e o Município Beta, por expressa determinação constitucional.

(D) Tribunal de Justiça do Estado Alfa, posto que, não havendo interesse da União nos negócios jurídicos firmados, os órgãos da Justiça Federal não podem solucionar as lides.



PODER EXECUTIVO

(art. 79)



PRESIDENTE DE REPÚBLICA

- Chefe de Estado
- Chefe de Governo
- Chefe da Administração Federal
- Mandato de 04 anos
- Eleito pelo sistema majoritário



Artigo 79

Substituirá o Presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Vice-Presidente.



Artigo 80

Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão **sucessivamente** chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.



Artigo 81

Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.



Substitutos eventuais

- Presidente da Câmara dos Deputados;
- Presidente do Senado Federal;
- Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Sucessão

- Vice-Presidente da República (vacância do cargo de Presidência) – não há novas eleições;
- Novas eleições (dupla vacância).



(2014 – XIII Exame de Ordem Unificado) Imagine a hipótese na qual o avião presidencial sofre um acidente, vindo a vitimar o Presidente da República e seu Vice, após a conclusão do terceiro ano de mandato.

A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Presidente do Senado Federal assume o cargo e completa o mandato.
- (B) O Presidente da Câmara dos Deputados assume o cargo e convoca eleições que realizar-se-ão noventa dias depois de abertas as vagas.
- (C) O Presidente do Congresso Nacional assume o cargo e completa o mandato.
- (D) O Presidente da Câmara dos Deputados assume o cargo e convoca eleições que serão realizadas trinta dias após a abertura das vagas, pelo Congresso Nacional, na forma da lei.

